



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10730.907627/2011-63  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 1402-004.744 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 17 de junho de 2020  
**Matéria** IRPJ  
**Recorrente** COMFIA POLICLÍNICA DE DIAGNÓSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FÍSICA ALCÂNTARA LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

Ano-calendário: 2001

COMPENSAÇÃO. REQUISITOS.

Nos termos do art. 170 do CTN, somente podem ser reconhecidos e compensados os créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário, não reconhecendo o direito creditório buscado e não homologando as compensações buscadas.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone - Presidente.

(assinado digitalmente)

Leonardo Luis Pagano Gonçalves - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marco Rogerio Borges, Leonardo Luis Pagano Gonçalves, Evandro Correa Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Wilson Kazumi Nakayama, Paula Santos de Abreu, Luciano Bernart e Paulo Mateus Ciccone (Presidente). Ausente momentaneamente o Conselheiro Murillo Lo Visco, substituído pelo Conselheiro Wilson Kazumi Nakayama, suplente convocado.

## Relatório

Este processo retornou para julgamento após diligência determinada por esta C. Turma Ordinária.

Trata-se de julgamento de Recurso Voluntário face v. acórdão proferido pela DRJ que manteve integralmente o r. Despacho Decisório que negou o pedido de restituição 16765.62245.290904.1.2.049306, de fls. 56/58, e não reconheceu o crédito de IRPJ relativo a pagamento indevido ou a maior de R\$ 165,62 (cod. 2089), referente ao período de apuração de 31/03/2001, efetuado através de Darf recolhido em 30/04/2001, no valor principal de R\$343,24.

O r. Despacho Decisório de fl. 54, indeferiu o pedido de restituição, sob o fundamento de inexistência do crédito, uma vez que o pagamento arrolado como crédito já teria sido integralmente utilizado para quitar o débito do IRPJ (cód. 2089) do período de apuração de 31/03/2001.

De resto, para evitar repetições, adoto o relatório do v. acórdão Recorrido.

*Trata o presente processo do Pedido de Restituição PER nº 16765.62245.290904.1.2.049306, de fls. 56/58, apresentado por meio eletrônico em 29/09/2004, no qual a interessada acima identificada alega possuir crédito contra a Fazenda Pública no valor original de R\$165,62, decorrente de pagamento a maior ou indevido do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ cód. 2089, referente ao período de apuração de 31/03/2001, efetuado através de Darf recolhido em 30/04/2001, no valor principal de R\$343,24.*

*2. A Delegacia da Receita Federal em Niterói RJ proferiu o Despacho Decisório de fl. 54, o qual indeferiu o pedido, sob o fundamento de inexistência do crédito, uma vez que o pagamento arrolado como crédito já teria sido integralmente utilizado para quitar o débito do IRPJ (cód. 2089) do período de apuração de 31/03/2001.*

*3. Inconformada, a interessada interpôs a manifestação de inconformidade de fls. 02/47, na qual alega, em síntese, o seguinte:*

*3.1. Que é tempestiva a manifestação de inconformidade;*

*3.2. Que o crédito tributário encontra-se com a sua exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, V do CTN, tendo em vista que há decisão judicial lavrada pelo Desembargador Federal Leomar Amorim nos autos do processo nº 2006.01.00.0022721, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário referente ao IRPJ e à CSLL com base de cálculo superior a 8% (oito por cento) e 12% (doze por cento), nos termos do art. 151, V do CTN.*

*Assim sendo, deverá o presente processo administrativo ficar sobrestado até o trânsito em julgado da ação judicial;*

*3.3. Que em 17.11.2005 protocolou Consulta Administrativa perante a Secretaria da Receita Federal através do processo nº 10707.000582/200543, questionando a possibilidade de compensar os valores supostamente recolhidos à maior a título de IRPJ, a qual resultou na solução de consulta SRRF/7ª RF/DISIT nº 44, lavrada em 09.02.2006, que reconheceu o direito de, como prestadora de serviços médicos-hospitalares, poder efetuar o recolhimento do IRPJ utilizando a base presumida de 8% (oito por cento), bem como autorizou a compensação do IRPJ recolhido a maior, nos últimos 5 anos. Passados mais de 5 anos a SRF vem indeferir o pedido de restituição, não homologando as compensações realizadas em confronto com a previsão do § 5º do art. 74 da Lei nº 9.430/96. Logo, deve ser reconhecida a prescrição tácita e por conseguinte cancelado o despacho que não homologou as compensações realizadas;*

*3.4. Que sempre efetuou o recolhimento do IRPJ utilizando a base presumida de 32% descrita no artigo 15 da Lei nº 9.249/95, embora suspeitasse que se enquadrava no teor da IN/SRF 306 (art. 23, II, alíneas "a", "b" e "c"), mantida pela IN/SRF 408/04, segundo a qual as sociedades prestadoras de serviços médico hospitalares devem efetuar o recolhimento do IRPJ utilizando a base presumida de 8% (oito por cento). Daí a necessidade de efetuar a referida consulta administrativa, a fim de assegurar o procedimento da compensação já nos recolhimentos seguintes, caso autorizado pela Secretaria da Receita Federal;*

*3.5. Que requer que seja emitida, todas as vezes que solicitar, a Certidão Negativa de Débitos, até o término do julgamento nas instâncias administrativas do presente recurso, eis que está configurada uma das hipóteses legais de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, com arrimo no art. 206 do CTN, bem como o art. 151, V do CTN, aliada a forte jurisprudência do STJ.*

A DRJ negou provimento a impugnação da Recorrente por entender que não se pode chegar a conclusão a partir do crédito informado no PER como indevido ou a maior porque este tem de ser consequência de débitos inferiores aos pagamentos efetuados e conforme já visto no r. Despacho Decisório o crédito foi totalmente utilizado para quitar um débito não retificado.

Como a Recorrente não retificou a sua confissão de dívida, permanecendo esta com débitos compatíveis com uma receita auferida não advinda de serviços hospitalares conforme o artigo 2º do ADI SRF nº 18/2003, creio ser temerário de ofício e em sede de julgamento, concluir de forma diversa, promovendo a restituição de um valor desalocando-o de um débito confessado.

Em seguida, inconformada, a Recorrente interpôs Recurso Voluntário onde repete as alegações feitas na manifestação de inconformidade.

Os autos foram distribuídos para este Conselheiro que juntamente com esta C. Turma decidiu converter o julgamento em diligência para que:

*Sendo assim, como muito bem apontado no voto vencido do v. acórdão recorrido que fez a apuração com base nos dados contidos na DIPJ original e informações do sistema Sief e conseguiu demonstrar que a Recorrente provavelmente tem direito ao crédito, entendo ser necessário converter o julgamento em diligência para que:*

*1 intime a Recorrente a juntar a DCTF que alimentou as informações do sistema Sief;*

*2 em seguida, encaminhe-se os autos para a autoridade fiscal para se manifestar sobre a existência do crédito pleiteado com base na DIPJ retificada e com a DCTF, juntamente com os argumentos constantes no voto vencido do v. acórdão recorrido onde restou demonstrado que apesar de ter indicado a forma de apuração pelo lucro real, a Recorrente teria aplicado a sistemática do lucro presumido, conforme o recolhimento feito com o código 2089.*

*3 elabore relatório circunstanciado informando se com base na análise da DIPJ retificada, com a DCTF e a DARF a Recorrente tem direito a restituição do crédito.*

A Fiscalização se manifestou por meio de relatório circunstanciado "Informação Fiscal 91/2019", opinando pelo não reconhecimento do crédito devido e da restituição.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Leonardo Luis Pagano Gonçalves - Relator

O recurso é tempestivo e trate de matéria de competência desta Corte Administrativa, devendo assim ser admitido.

**Homologação tácita:**

A Recorrente alega que ocorreu homologação tácita e por isso o crédito deveria ter sido reconhecido e a restituição provida.

Entretanto, ao analisar o lapso temporal entre o protocolo do pedido de restituição e o r. Despacho Decisório se pode notar que não ocorreu a alegada homologação tácita.

Sendo assim, rejeito a preliminar de homologação tácita.

**Análise do crédito:**

Em relação ao crédito, entendo que a resposta fiscal (Informação Fiscal 91/2019) à diligência determinada por esta C. Turma, explica e demonstra a inexistência do direito creditório pleiteado no pedido de restituição. Para melhor fundamentar meu entendimento, colaciono o texto do Relatório Circunstanciado.

*PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 10730.720049/2010-71*  
*PROCESSOS ASSOCIADOS:* *10730.907612/2011-03*  
*10730.907613/2011-40* *10730.907614/2011-94*  
*10730.907615/2011-39* *10730.907616/2011-83*  
*10730.907617/2011-28* *10730.907618/2011-72*  
*10730.907619/2011-17* *10730.907620/2011-41*  
*10730.907621/2011-96* *10730.907622/2011-31*  
*10730.907623/2011-85* *10730.907624/2011-20*  
*10730.907625/2011-74* *10730.907626/2011-19*

|                                    |                      |
|------------------------------------|----------------------|
| <b><u>10730.907627/2011-63</u></b> | 10730.907628/2011-16 |
| 10730.907629/2011-52               | 10730.907630/2011-87 |
| 10730.907631/2011-21               | 10730.907632/2011-76 |
| 10730.907633/2011-11               | 10730.907634/2011-65 |

*O presente processo trata de declarações de compensação, tendo como declaração inicial a Declaração de Compensação de Nº **26312.55304.141106.1.3.04-5005** (fls.03/06), na qual foi indicado que o crédito utilizado pelo contribuinte constava definido no processo de consulta Nº 10707.000582/2005-43.*

*A referida declaração foi objeto da Decisão das fls. 101/104, de 31/05/2010, que não reconheceu o crédito e não homologou as compensações.*

*Apesar da Delegacia de Julgamento haver mantido a decisão mencionada (fls.188/197), a Quarta Câmara do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, por meio da Resolução Nº **1402-000.632**(fls.262/269), converteu em diligência o julgamento, para que fosse reanalisada a existência de direito creditório com base na análise das DCTF e das DIPJ pertinentes ao período.*

*Da mesma forma, outros 23 processos acima listados, que tratam de 23 pagamentos realizados entre os anos 2000 e 2002, foram associados ao presente processo em razão do contribuinte vincular as Manifestações de Inconformidade e os Recursos Voluntários ao mesmo processo de consulta como origem do crédito.*

*Tendo como paradigma a Resolução Nº 1402-000.631 constante no processo 10730.907627/2011-63, a solicitação do CARF quanto ao reexame da existência de crédito em favor do contribuinte e a verificação das DIPJ e DCTF se repetiu em todos os processos acima mencionados.*

#### **FUNDAMENTAÇÃO**

*Para atender ao pleito do CARF, é necessário estabelecer a ordem cronológica dos pleitos do contribuinte.*

*Os Pedidos de Restituição eletrônicos de pagamentos indevidos de IRPJ referentes aos processos vinculados foram transmitidos em 29 e 30 de setembro de 2004, e antecedem em cerca de dois anos as Declarações de Compensação constantes do processo principal. Na análise desses Pedidos de Restituição, verificou-se que os créditos pleiteados se referem a pagamentos indevidos do IRPJ referentes aos anos de 2000, 2001 e 2002. Conforme se observa nos relatórios das fls. 280/281 e 284, o contribuinte retificou as DCTF dos anos de 2000 a 2002 em 28/09/2004, enquanto os 23 Pedidos de Restituição relacionados nos processos vinculados foram transmitidos em 29 e 30/09/2004, ou seja, em datas bem próximas.*

*Nas DCTF Retificadoras de 2000 e 2001, que foram acatadas pela RFB, o contribuinte confessa valores divergentes dos*

*valores declarados nas DIPJ Retificadora 2001 e 2002, também transmitidas em 30/09/2004, que não foram aceitas com base no artigo 4º da IN SRF 166/1999(mudança de regime de tributação para o Lucro Presumido). A DIPJ Retificadora 2003 não foi apresentada e na DIPJ original o contribuinte se declara sem movimentação econômica, divergindo também das informações das DCTF Retificadoras referentes ao ano-calendário de 2002.*

*Deve ser considerado que as DIPJ tem caráter informativo desde as edições das IN SRF 126 e 127/98, prevalecendo nesse caso as informações da confissão de dívida nas DCTF Retificadoras transmitidas em 28/09/2004, que não foram posteriormente retificadas pelo contribuinte, resultando no indeferimento eletrônico de todos os Pedidos de Restituição constantes nos processos listados. Conforme os relatórios das fls. 288/295, nos anos de 2000 a 2002 todos os recolhimentos foram devidamente alocados aos valores declarados em DCTF pelo contribuinte.*

*Observa-se ainda, face ao exposto, que não há relação clara do processo de consulta 10707.000582/2005-43 com os Pedidos de Restituição transmitidos entre 29/09 e 30/09/2004, pois até 30/09/2004 o referido processo de consulta não existia.*

*Somente em 17/11/2005, o processo de consulta é formalizado e a Solução de Consulta nº 44 é formulada em 09/02/2006 (fl.165/171). Em 14/11/2006, o contribuinte transmite a Declaração de Compensação de Nº 26312.55304.141106.1.3.04-5005, tratada no presente processo, mencionando o referido processo de consulta como base de crédito. Várias declarações de compensação são transmitidas posteriormente com base no crédito informado no total de R\$ 42.133,61.*

*Todavia, excetuadas as retificações de DCTF e DIPJ já acima analisadas, não são observadas novas retificações de DCTF e DIPJ do ano-calendário 2003 em diante(fl.285/287) que possam ser vinculadas ao pretense crédito indicado na Declaração de Compensação de Nº 26312.55304.141106.1.3.04-5005.*

*Face ao exposto, concluo pela inexistência de crédito no conjunto dos PER e das DCOMP analisados no processo principal e nos processos associados a ele.*

Como visto, não foi possível vincular o crédito indicado na DCOMP Nº 26312.55304.141106.1.3.04-5005 com a DCTF e DIPJ constantes nos autos.

Desta forma, voto por não reconhecer o crédito de pagamento indevido ou a maior de IRPJ e nego provimento ao pedido de restituição.

Quanto ao pedido de sobrestamento, também nego provimento, eis que conforme demonstrado na resposta a diligência não existe crédito restante a ser restituído à Recorrente, sendo desnecessário se aguardar a decisão definitiva do processo judicial que tratou da suspensão da exigibilidade do IRPJ com base de cálculo presumida de 8%.

Processo nº 10730.907627/2011-63  
Acórdão n.º **1402-004.744**

**S1-C4T2**  
Fl. 155

---

Complementando, também não foi possível vincular o crédito requerido com a matéria da ação judicial relativa ao suposto pagamento indevido ou a maior devido a apuração do IRPJ com alíquota presumida de serviço hospitalar de 8%.

Ademais, inexistente regra regimental que permita o sobrestamento do feito/processo até o trânsito em julgado do processo judicial.

Pelo exposto e por tudo que consta dos autos, conheço do Recurso Voluntário e nego provimento.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Leonardo Luis Pagano Gonçalves